ReGeo
ISSN: 2177-3246

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS E SABERES SOBRE CONVIVÊNCIA COM A AGRICULTURA ORGÂNICA NA SERRA DE ITIÚBA, BAHIA

EXPERIENCE REPORT: PRACTICES AND KNOWLEDGE ON COEXISTENCE WITH ORGANIC AGRICULTURE IN SERRA DE ITIÚBA, BAHIA

RELATO DE EXPERIENCIA: PRÁCTICAS Y SABERES SOBRE CONVIVENCIA CON LA AGRICULTURA ORGÁNICA EN LA SIERRA DE ITIÚBA, BAHIA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-120

Data de submissão: 06/06/2026 **Data de publicação:** 21/07/2026

Raimunda Pereira da Silva
Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco
E-mail: raimundaps88@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3029-9261

Henrique Pereira de Aquino
Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco
E-mail: aquinopesc@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7921-9341

Rafael Meirelles da Costa
Mestrando em Ciências da Educação
Instituição: World University Ecumenical-WUE
E-mail: costa_rafael1@icloud.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-9810-2493

Braz José do Nascimento Júnior
Doutor em Ciências Farmacêuticas
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco
E-mail: braz.jose@univasf.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2822-5442

Misael Oliveira da Silva
Mestrando em Educação
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco
E-mail: leasimosilva@gmail.com

Dara Santos Almeida
Doutoranda em Filosofia em Educação Cristã
E-mail: daryaalmeida@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-5643-4676

Joelma Ribeiro Mendonça
Especialista em Alfabetização e Letramento
Instituição: UNILATUS
E-mail: joelmaribeiromorais@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-8576-7502

Natania Pinto dos Santos
Mestra em Educação com Especialidade em Educação Superior
Instituição: Universidad Internacional Iberoamericana - UNINI Puerto Rico
E-mail: natania_ba@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-2100-8233

Silmara do Socorro Andrade
Especialista em Educação de Jovens e Adultos
Instituição: Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras
E-mail: silmarandrd@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-7598-4624

RESUMO
Este trabalho teve como objetivo compartilhar práticas e saberes que foram desenvolvidos a partir da convivência com a agricultura orgânica na Serra de Itiúba, localizada no Norte da Bahia, pertencente ao Território de Identidade do Sisal. A proposta parte das vivências dos pesquisadores, oriundos de comunidades rurais que participam diretamente do contexto da agricultura familiar. Para tanto, como opção metodológica a abordagem qualitativa, com aspiração na pesquisa-ação, tanto pelo caráter do trabalho quanto pela inserção dos pesquisadores, visto que nesse tipo pesquisa é crucial um olhar minucioso, conectado ao fenômeno social. A pesquisa esteve vinculada à disciplina Transição Agroecológica e Sistemas Agroalimentares, do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, e buscou contribuir para reflexões sobre a transição agroecológica, valorizando práticas sustentáveis de cultivos.

Palavras-chave: Agricultura Orgânica. Saberes Campesinos. Conservação do Meio Ambiente.

ABSTRACT
This work aimed to share practices and knowledge developed from coexistence with organic agriculture in Serra de Itiúba, located in Northern Bahia, belonging to the Sisal Identity Territory. The proposal is based on the experiences of researchers from rural communities who directly participate in the context of family farming. Therefore, as a methodological option, a qualitative approach with aspiration in action research, both for the character of the work and for the insertion of researchers, since in this type of research a thorough look connected to the social phenomenon is crucial. The research was linked to the discipline Agroecological Transition and Agroalimentary Systems, from the Graduate Program in Agroecology and Territorial Development – PPGADT of the Federal University of Vale do São Francisco – UNIVASF, and sought to contribute to reflections on agroecological transition, valuing sustainable cultivation practices.

Keywords: Organic Agriculture. Peasant Knowledge. Environmental Conservation.

RESUMEN
Este trabajo tuvo como objetivo compartir prácticas y saberes que fueron desarrollados a partir de la convivencia con la agricultura orgánica en la Sierra de Itiúba, ubicada en el norte de Bahía, perteneciente al Territorio de Identidad del Sisal. La propuesta surge de las vivencias de investigadores de comunidades rurales que participan directamente en el contexto de la agricultura familiar. Por lo tanto, como opción metodológica, un enfoque cualitativo con aspiración en la investigación-acción, tanto por el carácter del trabajo como por la inserción de los investigadores, ya que en este tipo de investigación es crucial una mirada minuciosa conectada al fenómeno social. La investigación estuvo vinculada a la disciplina Transición Agroecológica y Sistemas Agroalimentarios, del Programa de Posgrado en Agroecología y Desarrollo Territorial – PPGADT de la Universidad Federal del Vale do São Francisco – UNIVASF, y buscó contribuir a reflexiones sobre la transición agroecológica, valorando prácticas de cultivo sostenible.

Palabras clave: Agricultura Orgánica. Saberes Campesinos. Conservación del Medio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

É fundamental refletir sobre os recursos que o meio ambiente disponibiliza e sobre a forma como a economia é estruturada a partir deles. Em muitos casos, o aumento da produção implica maior exploração ambiental, evidenciando o conflito entre crescimento econômico e preservação. O sistema econômico, conforme discutido por Kant baseia-se na extração de recursos oferecidos pelo ecossistema, o que reforça a necessidade de repensar esse modelo. Nesse contexto, torna-se indispensável adotar práticas de desenvolvimento sustentável, que promovam o uso responsável dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio ambiental e a preservação das condições de vida para as gerações futuras.

Destaca-se que, a agricultura de modo geral está no ato de cultivar alimentos de forma que esse processo não venha agredir a natureza, isto é, agricultura nos moldes tradicionais, visto que esse formato é o mais indicado, quando se trata de cuidados com a terra.

Vale ressaltar que o campo é um espaço de vida diverso, marcado por múltiplas dimensões sociais, culturais e econômicas. No Semiárido nordestino, existem especificidades históricas, climáticas e territoriais que precisam ser reconhecidas e consideradas como eixos estruturantes na formulação e implementação de políticas públicas adequadas à realidade local.

Ressalta-se que, a Serra de Itiúba caracteriza-se por um conjunto de 19 comunidades rurais que enfrentam desafios relacionados ao acesso e à preservação dos recursos naturais. Além disso, a região apresenta uma geografia acidentada, com planícies, montanhas e vegetação típica da caatinga, predominando árvores nativas e frutíferas. Informa-se ainda que, a população local mantém-se da agricultura de subsistência, utilizando métodos tradicionais que integram conhecimento popular e manejo agroecológico.

É importante entender que, lá sempre se está em contato direto com a natureza e com agricultura de subsistência, contudo, só nas discussões e leituras da disciplina de Transição Agroecológica e Sistemas Agroalimentares, do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, é que, foi possível a percepção científica e a importância de trazer esse relato, pois ele pode contribuir para outras discussões e reflexões acerca da temática.

Diante desse cenário, o presente estudo problematiza como as práticas agrícolas tradicionais, centradas na sustentabilidade e no manejo cuidadoso da terra, podem contribuir para o fortalecimento da agroecologia no semiárido nordestino. O objetivo principal da pesquisa é relatar as vivências dos/as agricultores/as que utiliza métodos tradicionais na produção orgânica, promovendo uma reflexão crítica sobre os saberes agroecológicos e sua importância na transição para práticas sustentáveis.

Portanto, a pesquisa pretende responder à seguinte questão: Como as experiências cotidianas da agricultura tradicional na Serra de Itiúba poderão subsidiar o debate acadêmico sobre a transição agroecológica, ampliando as discussões sobre a agricultura familiar no contexto do semiárido? Como metodologia, será adotada a abordagem qualitativa, com inspiração na pesquisa-ação, considerando a interação constante entre teoria, prática e reflexão.

A pesquisa-ação, conforme Thiollent (1992), prioriza a participação ativa dos sujeitos, promovendo transformações coletivas por meio da troca entre saberes populares e conhecimentos acadêmicos. O estudo foi realizado ao longo do segundo semestre de 2025, envolvendo observação direta e coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas na Serra de Itiúba. As entrevistas foram conduzidas com agricultores locais para compreender as práticas de cultivo, os desafios enfrentados e as percepções dos participantes sobre a transição agroecológica.

As etapas da pesquisa incluíram levantamento bibliográfico, planejamento e realização das entrevistas, registro e análise dos depoimentos e sistematização dos conhecimentos compartilhados. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os processos vividos pelos agricultores, respeitando a perspectiva de quem realiza o cultivo e refletindo criticamente sobre a interação entre tradição e inovação no campo.

Acredita-se que, a troca de experiências entre agricultores e pesquisadores contribuirá para o fortalecimento da agroecologia enquanto movimento social e científico, ampliando o entendimento das práticas sustentáveis no semiárido. Além disso, espera-se que o estudo fortaleça os debates sobre políticas públicas que incentivem práticas agroecológicas, especialmente no contexto da agricultura familiar.

Diante do exposto, a relevância deste relato está na valorização do conhecimento tradicional e na proposição de reflexões acerca da sustentabilidade, evidenciando que a agroecologia não se limita a um conjunto de práticas agrícolas, mas compreende um movimento de resistência que integra saberes locais e práticas coletivas.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGROECOLOGIA

O processo de produção e “transmissão” de conhecimento não proporcionou mudanças na relação de produção dos alimentos. As novas formas de produção chegaram como movimento de expansão da moderna civilização ocidental, que consolidou os avanços das relações capitalistas em nível internacional. Esse processo de modernização da produção brasileira marcou a expansão da produção capitalista e a transformação da sociedade em relações com o capitalismo, mas com a

modernização no Brasil fonte que fundamenta tal afirmação? É bom apontar com base em que referencial tal afirmação pode ser feita.

Segundo Xavier (1990), a industrialização deveria ser compreendida como o núcleo básico do processo de consolidação da ordem econômico-social capitalista em sua plenitude. Nas diferentes formas de dominação capitalista que desenvolveu no seu processo contínuo de integração ao capitalismo internacional, a formação social brasileira se manteve aristocrática, extremamente concentradora da riqueza, do prestígio social e do poder. As elites no poder sempre acabaram por reforçar, nos diferentes estágios do nosso avanço capitalista, a posição dependente e subalterna do país.

Vale ressaltar que as experiências da agricultura familiar são milenares e se caracterizam, sobretudo, pela utilização da mão de obra do próprio cerne familiar, tendo a pluriatividade como forma de resistência da agricultura familiar. O agricultor produz, prioritariamente, para a própria subsistência, sendo comum que a maior parte da renda familiar provenha da produção agrícola, enquanto os excedentes são destinados à comercialização (Brasil, 2006).

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário ressaltar que a agricultura de subsistência corresponde a mais 70% dos alimentos produzidos no Brasil (Lima; Silva; Iwata, 2019) e tem equivalente relevância para a nutrição na esfera mundial. Ela é realizada em menor expansão e se integra como a base econômica de 90% dos pequenos municípios de até vinte mil habitantes.

Salienta-se que, a temática que envolve à agricultura familiar surge da necessidade do fortalecimento identitário dos povos do campo e das lutas sociais em torno do acesso à terra como bem indispensável e primeiro para os povos do campo; das políticas que reconheçam os povos do campo como sujeitos de direitos assim como do esforço coletivo de pautar a Educação do Campo nas agendas públicas educacionais de territórios e municípios e, ainda, da necessidade de discutirmos o trabalho como princípio educativo e para a emancipação humana (Reis; Lima; Desiderio, 2018).

Vale destacar também que, as leis constitutivas voltadas para a produção na agricultura familiar estão sempre atreladas a lutas e interesses políticos e ideológicos do agronegócio. Não se pode ignorar que os processos socioeconômicos são permeados por uma constante disputa hegemônica no momento e contexto histórico brasileiro.

Nos últimos anos a constatação sobre a importância da agricultura familiar, no cultivo de alimentos e na ascensão da economia sustentável, tem alcançado apoio de vários setores sociais (Bezerra; Schlindwein, 2017). Visto que, para essa configuração de produção, prevalece um maquinário em menor escala, ou apenas trabalho braçal, desta forma, causando menor impacto ambiental, e desperdício de recursos naturais. Apesar disso, ao se desenvolver, prática também a

agricultura sustentável, que atende às necessidades das famílias, do mercado e conserva a biodiversidade, manejando a terra com o menor prejuízo possível.

É necessário compreender que, a agricultura familiar é um processo de produção tradicional e muito presente no nordeste brasileiro, sendo a base de sustento de muitas famílias que vivem no campo. Apresenta, muitas vezes, práticas ecologicamente sustentáveis e sua produção se dá em roças e quintais de pequenas comunidades.

O escoamento da agricultura familiar tradicionalmente se dá em feiras livres e as relações entre as famílias que a prática ocorre, muitas vezes, e por meio de relações não monetárias (Costa; Silva-Santana, 2019). É costume também a prática deste tipo de agricultura acontecer normalmente de forma orgânica e livre de agrotóxicos. Contudo, atualmente a agricultura familiar tem sido invadida por práticas externas que se relacionam à utilização de agroquímicos (Araújo, 2022).

O sistema econômico depende 100% do ecossistema, nesse contexto, é possível pensar em um desenvolvimento sustentável, ou seja, a capacidade de consumir recursos e, ao mesmo tempo, garantir ao sistema a recuperação sem comprometer o seu equilíbrio. Além disso, é necessário rever formas de consumo e compreender que dependemos do meio ambiente não apenas para explorá-lo, mas também para garantir a nossa própria sobrevivência. Leonardo Boff (2012, p. 06) diz que:

> A sustentabilidade significa a garantia de que todos os seres têm as condições de viver, reproduzir-se e permanecer na natureza. Também diz respeito ao cuidado, que é a atitude subjetiva de renúncia a toda agressão e violação da natureza, de zelo em curar as chagas passadas e impedir as futuras.

O interesse pelo desenvolvimento sustentável surge justamente da necessidade de evitar o agravamento dos impactos ambientais que podem comprometer a vida no planeta Terra. A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental repensar nossos modos de vida, buscando construir caminhos que garantem um futuro mais seguro, com qualidade de vida, disponibilidade de água e segurança alimentar para as presentes e futuras gerações.

3 A EDUCAÇÃO CAMPESINA E SEUS SABERES

Os povos do campo tiveram seus direitos educacionais negligenciados ao longo da história. Tal fato sempre ocorreu devido à visão de que o campo é um lugar atrasado, com modelo de vida que deve ser superado. Essa lógica justificou a ineficiência das políticas sociais destinadas a esse espaço, resultando em ações que não favoreceram ao desenvolvimento, dentre elas a escola baseada no modelo de educação rural. fonte que fundamenta tal afirmação? É bom apontar com base em que referencial tal afirmação pode ser feita

A primeira forma de escolarização destinada aos campesinos baseou-se nos princípios da educação rural por volta de 1910/1920, com o advento do ruralismo pedagógico. Seguindo a lógica de desenvolvimento capitalista que garante a concretização dos interesses das classes sociais dominantes. Dessa maneira, a educação rural desconsidera a cultura e a participação da população local, visa à manutenção das disparidades sociais existentes entre os povos do campo e as populações urbanas. Essa proposta educacional centra-se no assistencialismo, no controle político e no latifúndio, ou seja, não busca promover a autonomia, mas sim a dependência financeira, ideológica e política dos moradores do campo. fonte que fundamenta tal afirmação? É bom apontar com base em que referencial tal afirmação pode ser feita

Nesse contexto, a educação rural surge na busca de conter o movimento migratório ocorrido fortemente nos anos de 1910 e 1920. As palavras de Santos (ANO?) revelam que o surgimento da escola rural foi uma forma de manter as pessoas do campo trabalhando para os latifundiários, com baixos níveis de qualidade de vida. Surge com conhecimentos utilitaristas e com pouca atenção aos conteúdos acadêmicos historicamente sistematizados.

Vale salientar que, as populações urbanas possivelmente são vistas pelos formuladores das políticas educacionais como superiores, como pessoas que vivem de forma "civilizada", com expressões culturais mais importantes que as observadas no campo. "Mas, o campo não é mais um local totalmente diferenciado da cidade. O mundo do trabalho e a divisão social do trabalho apresentam a mesma lógica, em ambos os espaços (Souza, 2006, p. 62)". Ainda assim, os direitos das populações campesinas são ignorados. Somente depois de muita luta dos movimentos sociais, o Estado brasileiro passa a compreender que o campo possui necessidades educacionais específicas e incorpora essas demandas na legislação, o que apesar de muito importante, não garantiu a execução de práticas contextualizadas para esse espaço (Leite, 2002).

É importante conceber a ideia de que, a educação do campo diferencia-se totalmente da educação rural, pois busca a valorização e o fortalecimento da cultura local; o desenvolvimento econômico; e o posicionamento crítico frente à realidade. A educação deve ser "do" campo e "no" campo, "do" porque traz as identidades do campo e "no", porque garante o direito ao estudo no local onde as pessoas residem. Nessa perspectiva, o trabalho é um princípio educativo, pois é produtor de comportamentos e mantenedor da existência humana.

A partir das concepções de educação distintas, Santos (2010) defende que as políticas educacionais voltadas para as escolas multisseriadas, devem ser baseadas nos princípios da educação do campo. Ressalta-se que as classes multisseriadas podem ser um avanço para o campo, deste que contemplem as necessidades das populações que residem nesse local, para que isso ocorra é

fundamental o investimento em infraestrutura adequada, formação de professores e em uma proposta pedagógica comprometida com a aprendizagem, bem como, com respeito às identidades. Conforme Reis:

> A escola tem que refletir o meio em que está inserida, a cultura do povo que está à sua volta, os costumes, as tradições, e a possibilidade de extrapolar e redimensionar os saberes e conhecimentos, buscando formar sujeitos que se preocupem com a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da sua comunidade (Reis, 2004, p. 67).

Posto o contraponto entre educação rural e educação do campo, temos a realidade das classes multisseriadas. Nesta contextualização, revela-se que 60,6% dos estabelecimentos de ensino se organizam na forma de multisseriação, estes, concentram-se em maior número na região nordeste e norte. São espaços precários, em grande parte, com infraestrutura ruim, professores menos qualificados do que aqueles que atuam no meio urbano e acúmulo de atividades para os professores (Muitas vezes desempenham mais de uma função na escola, como serviço de faxina e produção da merenda).

Além das condições de ensino ruins, o número de analfabetos no campo, excede o número das regiões urbanas, assim como a distorção série-idade que é bem maior no campo do que na cidade, sendo mais numerosa no Norte e no Nordeste.

Santos (2010) nos mostra que as disparidades entre campo e cidade, não são fatos do acaso, mas sim, pensadas e articuladas pelos defensores do sistema capitalista. Mantendo o modelo de educação rural, se mantem a pobreza dos povos do campo, o baixo nível de escolaridade, e consequentemente, a dominação dos camponeses que continuarão sendo explorados pelos grandes proprietários de terra.

Destaca-se que, o ministério de educação, no Artigo 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.394/96, assegura que a Educação no Campo deverá ser adaptável às Diretrizes Curriculares, garantindo assim a identidade do sujeito do campo. Como versa o documento abaixo:

> Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 1996).

Portanto, os saberes campesinos já veem de seus antepassados, os quais se guiavam pelo que lhes era disponibilizado, assim, os conhecimentos eram construídos através das observações, exemplos e de sua conexão com a natureza.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A atividade exercida pelo homem como meio de sobrevivência passou por muitas transformações. O plantio que era uma facilidade para seu próprio sustento, hoje, já se encontra diversos desafios, desde as mudanças climáticas, as demandas e necessidade da população (MacDonald, 2014).

Ressalta-se que, o cultivo da terra realizado por produtores de base familiar tem buscado melhor desenvolvimento por meio de sua prática. O proprietário, agricultor familiar, tem um vínculo com a terra indo além do termo de posse, ela é símbolo de cultura, representa o povo e garante o seu sustento.

É indispensável entender que, agricultor familiar é um representante importante para sociedade, pois contribui significativamente para o fornecimento de alimentos, segurança alimentar e nutrição, melhorando os meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

> Em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) destacou o "Ano Internacional da Agricultura Familiar" demonstrando o potencial das famílias de agricultores em ajudar a erradicar a fome e preservar os recursos naturais. Buscando elevar o perfil da agricultura familiar e dos pequenos produtores (Ramos, 2016).

Nesse contexto, a criação de cooperativas, aliada à implementação de políticas públicas e ao apoio do governo federal, tem contribuído significativamente para o fortalecimento da agricultura. Não podemos deixar de mencionar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio do decreto Lei nº 1.946, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural em regiões de baixa renda. Portanto, a agricultura familiar caracteriza-se pela capacidade de desenvolver a produção em harmonia com o meio ambiente, de maneira sustentável, assegurando a continuidade dos recursos naturais sem degradar ou comprometer o ambiente.

Bernado, Ramos diz que:

> Neste sentido, o que se percebe do homem no campo é a existência de um saber tradicional, práticas que se manifestam em seu trabalho na terra, pautado por uma relação mais harmoniosa com a Natureza, mas que também incorpora outros saberes, inclusive, elementos de uma ideologia moderna de produção (2016, p. 05).

Nesse contexto, a prática do desenvolvimento sustentável é compreendida pelos agricultores familiares como a forma contínua de suas atividades sem comprometer ou agravar o meio ambiente, sem uso de produtos nocíveis aos alimentos e ao ecossistema.

Segundo Cavalcanti (2015, p. 06), “aumentar a produção econômica implica sacrifício de recursos, tais como florestas, solo, água, ar, biodiversidade, estabilidade climática.” É na perspectiva de que possamos viver de forma harmoniosa com o meio, sem necessariamente aferir e sofre consequências a curto e longo prazo, que devemos repensar as formas de agir.

É sabido que não existem sociedades sem sistema ecológico, mas há um sistema ecológico sem sociedade.

Fácil compreender que, é o ser humano quem depende do meio ambiente para sua sobrevivência. Para compreender melhor sobre desenvolvimento sustentável Lenzi, (2006) afirma: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”. É dessa concepção que o sistema econômico deve partir.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

As informações alcançadas através desta pesquisa acompanham as normas estabelecidas pelo comitê de ética e pesquisa, com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo público entrevistado. Para preservar a identidade dos participantes e por questões éticas não foram divulgados os nomes. Esta pesquisa foi submetida ao CEP e aprovada com CAAE: 25846619.4.0000.5196.

Achei que como não foi devidamente caracterizado o campo da pesquisa na introdução quando se relatou brevemente a metodologia (inclusive sugiro que seja criada uma seção somente para descrever a metodologia) isso seria feito aqui nos resultados, mas pelo visto não aconteceu.

Por questões éticas, perante os dados aqui apresentados os participantes serão tratados por: A1, A2, A3, A4, A5, A6 visto que para a pesquisa de cunho científico é imprescindível a exigência que tenhamos o cuidado para que os participantes não sejam expostos, à exceção de autorização, mediante ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

De acordo com a pesquisa realizada, 50% entrevistados são homens e 50% são mulheres de aproximadamente 30 e 62 anos de idade, que tem como principal fonte de renda a agricultura e/ou recebem auxílio do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, é válido salientar que essas pessoas vivem da agricultura, especialmente a de subsistência, uma forma de garantir a sobrevivência da família, visto que, embora recebam auxílio do governo, ele não é suficiente para mantença da segurança alimentar de todos os membros da família. Conquanto, perante o modo capitalista de produção, a agricultura familiar ainda tem sua robustez devido a adaptação aos mercados. Plein e Filippi (2011), mencionam que apesar da maioria dos

membros familiares se manterem em parte da agricultura de subsistência, eles também obtêm produtos industrializados, vende os excedentes e diante dessas premissas acabam ocupando um cargo na sociedade e na economia.

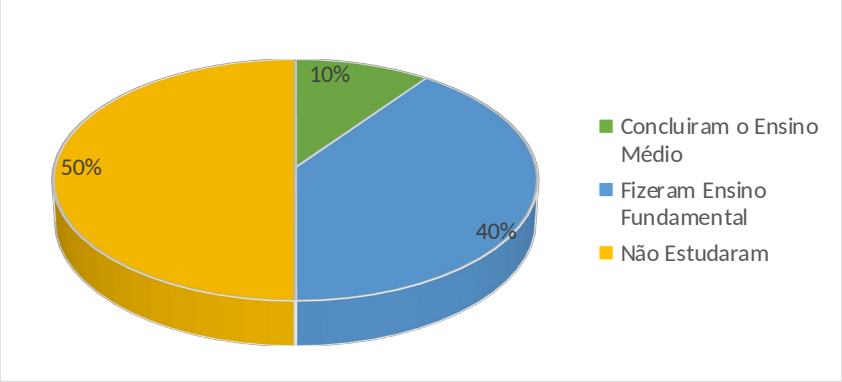
E para realizar as múltiplas tarefas os/as camponeses/as precisam de saberes, sejam eles formais ou não formais. Portanto, no que se refere ao grau de escolaridade, apenas 10% concluíram o ensino médio, 40% fizeram o ensino fundamental e 50% não obtiveram a chance de estudar, pois, posto à época a educação formal competia com o trabalho e ficava impossível conciliar os dois perante desafios como precisar pagar à escola, visto que muitas famílias não conseguiam nem garantir sua segurança alimentar.

Por isso, a política de educação campesina é tão importante, ela garante acesso gratuito e de qualidade para o mundo rural. De acordo com Leite:

> A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade" Leite (2002, p. 14).

Sendo assim, o contexto de definições e concepções da educação campesina é oferecer educação formal de qualidade para as comunidades rurais perante as suas especificidades de forma que contemple quem se identifica como agricultor/a, criador/a, extrativistas, pescadores/as, ribeirinhos/as, quilombolas, entre outros. Ela está ancorada na formação integral do sujeito, respeitando sua cultura, saberes, conhecimentos prévios, valores e identidade.

Gráfico 1. Grau de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Os Autores, 2025

Esses efeitos apontam para uma realidade corriqueira para pessoas que vivem no campo, onde muitos não estudaram, outros estudaram até o ensino fundamental, pois normalmente nos

municípios/comunidades (caso da Serra e Itiúba-BA) onde vivem não tinham acesso a escolas ou a outras modalidades que constituem a educação básica. O Ensino Médio e Superior não era uma realidade para todos que vivem na zona rural. Por isso a importância da política Nacional de Educação do Campo. "A Educação do Campo [e no campo] nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação (Caldart, 2012, p. 259)".

Além do saber formal que não era acessível, a ingenuidade de que para lidar com agricultura não carecia estudos. Por conseguinte, essas mesmas pessoas enxergam agricultura como algo indispensável às suas vidas, pois dela provém sua subsistência e renda, alguns ponderam a agricultura como algo vital. No quadro 1, estão alguns relatos dos agricultores/as a respeito da dimensão da agricultura em suas vidas.

Quadro 1. Relato dos agricultores sobre a dimensão da agricultura para eles.

Relato de alguns agricultores quando perguntados de que forma a agricultura faz parte das suas vidas
"De uma forma muito importante, pois foi com ela que criei todos os meus filhos".
"De forma geral. Todos nós trabalhamos com isso".
"Sou muito grato a ela, me ajudou e ajuda demais".
"É o que nos mantém. Todos nós dependemos dela".
"Sempre esteve presente, pois é uma forma de sobrevivência".
"Muito importante, eu vivo da agricultura".

Fonte: Os Autores, 2025

Assim é possível compreender que para algumas dessas pessoas a agricultura não é só um meio de sobrevivência, é sua profissão, é o cuidar de si e dos outros. Lima, Silva e Iwata (2019) apontam a agricultura familiar como sendo o cerne de algumas famílias para geração de rendas, a subsistência, a cultura, a tradição e principalmente a comunicação com a natureza, o que implica na conservação da biodiversidade.

Ao falar sobre conservação ambiental é importante ressaltar que essas pessoas, agricultores/as já plantas há muito tempo, possivelmente aprenderam suas práticas com seus pais, avós, tios, entre outros descendente. Para tanto, sobre as mudanças de práticas na agricultura de forma macro eles relataram que houve muitas mudanças.

Quadro 2. Relato dos agricultores sobre as mudanças nas formas de cultivo e plantio.

Relato de alguns agricultores quando perguntados se houve mudanças na agricultura perante como era na época dos seus antepassados
"Sim. Antigamente não usavam a quantidade de pesticidas que utilizam hoje".
"Sim. Os tempos mudaram e as chuvas cada vez mais estão ausentes".

"Sempre. Era uma forma de sobreviver, hoje já não é mais constante, as coisas vêm de fora".
"Sim.". (Não detalhou)
"Sim. Avanços nos costumes e ferramentas de trabalho, trator, máquinas para plantar".
"Sim. Principalmente na época das chuvas".
Fonte: Os Autores, 2025

Diante do que vemos relatado, percebe-se que houve muitas mudanças, inclusive o número de pessoas da família que trabalham com agricultura que vem diminuindo, pois hoje alguns membros familiares podem ter outra atividade econômica e os jovens podem não querer seguir os passos de seus pais.

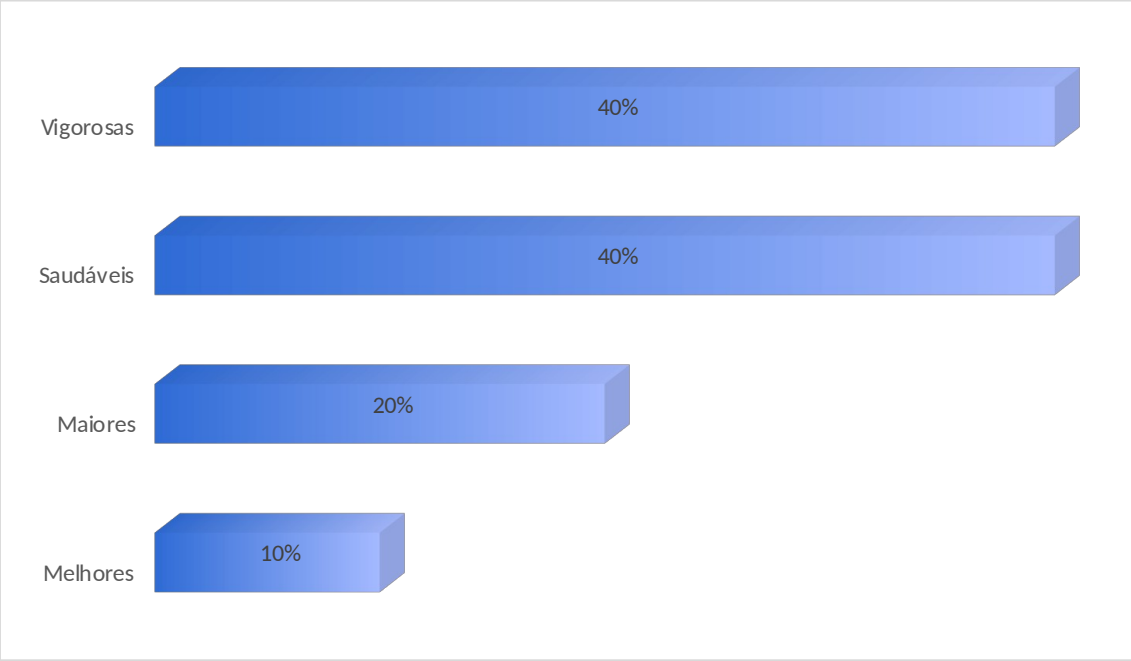
Ademais, as mudanças que mais afetaram e continuam afetando a agricultura são a utilização de agrotóxicos e as mudanças climáticas. No cenário perante as mudanças climáticas, sobreviver da agricultura virou algo incerto, visto que elas vieram acompanhadas de muitas alteridades, desertificação, utilização de maior quantidade de agrotóxico como alternativa para a manter a planta "bem" e a pior delas, falta de emprego, que consequentemente situação de migração, uma vez que com a degradação do solo afeta drasticamente a atividade agrícola (Fernandes 2022).

Além desses avanços e transformações, o campo também enfrenta outros desafios para agricultores familiares, como a mecanização da mão de obra, monoculturas e escassez hídrica (Fernandes, 2022). Urge aí necessidade de políticas públicas que possam auxiliá-los/as de forma na superação dessas disparidades.

Em decorrência disso, surgiu a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Serra de Itiúba (ACPRS), que tem o intuito de contribuir com os/as agricultores/as no estímulo à produção, estabelecendo reuniões para integrar os/as agricultores/as e fortalecer seus saberes e práticas. E, dentre os participantes desta pesquisa, todos/as são associados/as a ACPRS.

Quando interrogados sobre a escolha das sementes, estão algumas respostas como as vigorosas, saudáveis, maiores e melhores, como demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2. Grau de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Os Autores, 2025

A seleção das sementes é importante porque, segundo Rodrigues e Lopes (2016), cada localidade do país tem clima e solos diferentes que podem interferir na germinação. Com início em meados de 1960, a Revolução Verde trouxe consigo o uso de sementes modificadas, agrotóxicos, fertilizantes e pesticidas, desenvolvendo, inclusive, sementes híbridas, cogitando a alta produção. Contudo, a seleção das sementes que é feita por esses/as pequenos/as produtores/as são sementes crioulas, elas garantem a segurança da sustentabilidade alimentar, preservam os saberes empíricos, asseguram o replantio, e favorecem um alimento de qualidade (Rodrigues e Lopes, 2016).

É válido enfatizar que todos os participantes da pesquisa afirmaram que ainda plantam conforme aprenderam com seus descentes e que não utilizam nenhuma espécie de fertilizante, agrotóxico, pesticidas e muito menos sistema de irrigação, pois prezam pela saúde e para evitar problemas futuros ao meio ambiente, pois tudo "saudável" tem um sabor diferente, é muito mais gostoso. Alguns ressaltaram que tem até uma horta para consumir nada que "vem de fora". Esse "vem de fora" está atrelado a frutas e verduras trazidas do Ceasa da cidade Juazeiro na Bahia para a feira livre que acontece aos sábados onde os/as agricultores/as vendem os produtos excedentes de suas produções e das frutas nativas de cada estação.

À vista disso, é primordial que as técnicas utilizadas pelos/as participantes e demais agricultores/as para com a agricultura familiar (de acordo com cada região) sejam mantidas, e que eles/as tenham auxílio no aprimoramento de suas técnicas de manejo de forma orgânica, recebendo subsídios desde o preparo da terra, seleção das sementes, zelo com as plantas, cultivo, colheita,

comercialização e na autogestão da produção. Assim poderão garantir sua subsistência e, consequentemente, alimentos de boa qualidade para os consumidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho efetivamente realizado, não sustenta todas as considerações apontadas. O objetivo de promovendo uma reflexão crítica sobre os saberes agroecológicos e sua importância na transição para práticas sustentáveis não foram efetivamente atingidos.

Diante do que foi abordado ao longo da respectiva discussão foi possível averiguar até que ponto a agricultura familiar desenvolvida Serra de Itiúba, Bahia é livre de agroquímicos e sustentável e é praticada por meio de métodos tradicionais de cultivo e comercialização. Além disso, observou-se que essas práticas contribuem para a preservação dos recursos naturais e para a manutenção dos saberes tradicionais das comunidades locais, fortalecendo a segurança alimentar e a geração de renda para as famílias agricultoras.

Nesse contexto, o estudo pretendeu contribuir para a construção de uma visão crítica sobre os processos de transição agroecológica no Nordeste brasileiro, destacando o papel da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis e na preservação ambiental.

Entende-se que, o fortalecimento das práticas agroecológicas no semiárido será fundamental para a promoção de um modelo de agricultura que respeite as características locais, valorize os saberes tradicionais e garanta a segurança alimentar e nutricional das comunidades.

Portanto, a prática da agricultura orgânica na Serra de Itiúba revela não apenas uma forma de cultivo, mas uma filosofia de vida que alia sustentabilidade e permanência no território, promovendo reflexões sobre a integração entre cultura, economia e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. T. de. A Revolução Verde (RV) e a Narrativa da Erradicação da Fome. **Revista Paleotemas**, Senhor do Bonfim, v. 2, n. 1, 7p., 2022. Disponível em: https://sites.google.com/site/revistapaleotemas/n%C3%BAmeros/a-revolu%C3%A7%C3%A3o-verde-rv-e-a-narrativa-da-erradica%C3%A7%C3%A3o-da-fome.

BEZERRA, Gleicy Jardi; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Revista une analyse à Dourados**, MS, Brésil Agricultura familiar, Dourados, MS, Brasil. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01). Disponível em: www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf. Acesso em: 11 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394: (LDB). Brasília/DF, Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Panorama da educação do campo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/panorama.pdf. Acesso em: 11 julho de 2025.

CAVALCANTI, Clóvis. **Pensamento socioambiental e a economia ecológica**: nova perspectiva para pensar a sociedade. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 35, p. 169-178, dez. 2015**.**Vol. 35, dezembro 2015, DOI: 10.5380/dma. v35i0.43545.

COSTA, R. D.; SILVA-SANTANA, C. de C. Family Agriculture and Sustainability In Mirangaba Street Fair, Bahia, Brazil. **International journal of development research**, v. 9, p. 32170-32175, 2019.

DECRETO Lei nº 1.946. (28 de junho de 1996). Decreto Lei nº 1.946/96 de 28 de junho. Familiar. **PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar.** Brasília, DF, http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96?print=true.

Fernandes, J. da S., Oliveira, R. E. de Sais, A. C., & Borsatto, R. S. (2022). Pagamento por serviços ambientais como estratégia para fortalecimento da agricultura familiar em um município paulista. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, 18(2). https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i2.6065

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época).

LENZI, C. L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2006.

Leonardo Boff. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 200 p. ISBN 978-85-326-4298-1.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, nº.1, p.50. ANO?????

MACDONALD, J. (2014). **Agricultura Familiar nos Estados Unidos**. Amber Waves.Acesso.em.02/03/2025http://search.proquest.com/docview/1518534089?accountid=43603.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **Revista Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 98-121, 2011.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável:** Avaliação de uma prática educativa. Juazeiro-Ba: Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

RODRIGUES, M. H. B. S.; LOPES, K. P. **Importância da semente na agricultura familiar no nordeste brasileiro**. Anais I CONIDIS[...] Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/23893 . Acesso em: 05 fev. 2025.

SANTOS, Jânio Ribeiro. **Da educação rural à educação do campo:** um enfoque sobre as classes multisseriadas. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, Laranjeiras – Sergipe, 2010.

SILVA, J. G. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Organização das Nações Unidas–ONU.** v. 31, 2019. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/46983/1/Leandro_Moreira .pdf Acesso em: 22 julho de 2025.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo:** proposta e práticas pedagógicas do MST/ Maria Antônia de Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

THIOLLENT, Michel, 1947. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. Autores associados (coleção temas básicos de pesquisa-ação).